

História e Memórias do Curso de Pedagogia/CE/UFPB: a reestruturação curricular em foco (1984-1996)

History and Memories of the Pedagogy Course/CE/UFPB: curricular restructuring on focus (1984-1996)

Historia y Memorias del Curso de Pedagogía/CE/UFPB: reestructuración curricular en foco (1984-1996)

Rossana Farias Queiroz Ferrer¹  

Felipe Cavalcanti Ivo²  

Maria Elizete Guimarães Carvalho³  

Resumo

Este artigo analisa o processo de reestruturação curricular do curso de Pedagogia, do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre os anos de 1984 e 1996, fundamentando-se em estudos históricos realizados sobre sua trajetória e nas memórias de docentes que vivenciaram esse contexto. Desde sua criação em 1939, o curso de Pedagogia no Brasil tem sido alvo de discussões referentes a sua identidade, e que, por sua vez, influenciaram as legislações que definiram seu currículo. O referencial teórico-metodológico utilizado abrange a memória, a História Oral e a análise documental sobre as Resoluções CONSEPE nº 26/74 e nº 13/96, que tratam as reformulações curriculares, em diálogo com Severo e Pimenta (2015), Libâneo (2010), dentre outros. A análise sugere que, embora tenham ocorrido modificações curriculares no curso, essas não abordaram questões essenciais, como a epistemologia da Pedagogia.

Palavras-chave: memórias, reestruturação curricular; curso de Pedagogia; Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Abstract

This article analyses the process of curricular restructuring of Pedagogy course at *Centro de Educação (CE)*, from *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)* between 1984 and 1996, based on historical studies carried out on its trajectory and memories of teachers who experienced this context. Since its creation in 1939, Pedagogy course in Brazil has been target of discussions regarding its identity, which influenced the legislation that defined its curriculum. The applied theoretical-methodological framework encompasses memory, Oral History, and the documentary analysis on *CONSEPE* Resolutions n. 26/74 and n. 13/96, which deal with curricular reformulations, in dialogue with Severo and Pimenta (2022), Libâneo (2010), among others. The analysis suggests that, besides curricular changes occurred in the course, these did not address essential issues, such as Pedagogy epistemology.

Keywords: Memories; Curricular restructuring; Pedagogy Course; *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*.

Resumen

Este artículo analiza el proceso de reestructuración curricular del curso de Pedagogía, en el *Centro de Educação (CE)*, de la *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, entre 1984 y 1996, con base en estudios históricos realizados sobre su trayectoria y en las memorias de profesores que vivenciaron ese contexto.

¹ Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa/PB – Brasil.

² Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa/PB – Brasil.

³ Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa/PB – Brasil.

Desde su creación en 1939, el curso de Pedagogía en Brasil ha sido objeto de discusiones acerca de su identidad, lo que, a su vez, influyó en la legislación que definió su currículo. El marco teórico-metodológico utilizado abarca la memoria, la Historia Oral y el análisis documental sobre las Resoluciones CONSEPE n. 26/74 y n. 13/96, que tratan de reformulaciones curriculares, en diálogo con Severo y Pimenta (2022), Libâneo (2010), entre otros. El análisis sugiere que, a pesar de cambios curriculares tengan ocurrido en el curso, esos no abordaron cuestiones esenciales, como la epistemología de la Pedagogía.

Palabras clave: Memorias; Reestructuración curricular; Curso de Pedagogía; *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*.

Introdução

O curso de Pedagogia no Brasil passou por diversas mudanças, buscando se adaptar e atender às demandas provenientes das transformações na sociedade. Isso gerou debates sobre seu funcionamento, propósitos e organização, resultando na criação de leis, decretos e resoluções que o regulamentam (Saviani, 2007).

Nessa perspectiva, consolida-se o propósito do atual trabalho, que é analisar a reestruturação curricular do curso de Pedagogia do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma vez que essa formação tem enfrentado, ao longo de muitos anos, o desafio de formar pedagogos, levando em consideração as diretrizes das leis que estabeleceram sua organização e formato, assim como as demandas relacionadas ao sistema educacional, no espaço temporal entre 1984 e 1996. Considerando esse entendimento, foram construídas questões norteadoras que conduzirão às discussões subsequentes. Assim, quais os impactos dessas alterações curriculares na formação dos pedagogos? Existe uma conexão entre a importância epistemológica da Pedagogia no discurso curricular presente em documentos normativos do curso e seu processo de significação?

Para Severo e Pimenta (2015), o processo de alinhamento crítico e de interação com as atuais circunstâncias históricas representa um ponto central de reflexão interna para que as Instituições da Pedagogia busquem examinar a si mesmas e traçar diretrizes para desenvolvimento e avanço científico. Dessa forma, se ressalta a importância em compreender a jornada institucional pela qual o curso de Pedagogia da UFPB passou, assim como o cenário histórico da época, permitindo refletir sobre como se desenvolveu esse cenário de discussões e implementação de um novo currículo, bem como, as suas implicações na formação do pedagogo.

Nessa perspectiva, a abordagem teórico-metodológica articulou-se a autores e conceitos que tratam da memória e a importância de rememorar, utilizando-se da história oral e da análise documental. Conforme Alberti (2013), a História Oral representa não apenas um instrumento de registro de experiências, mas um processo de construção da memória, que possibilita compreender como os indivíduos vivenciaram e interpretaram os acontecimentos em seu âmbito social e histórico, revelando particularidades não captadas pelos documentos oficiais.

Pollak (1989) destaca que os processos de reestruturação curricular não produzem apenas uma memória oficial, mas também narrativas silenciadas ou “memórias subterrâneas” pertencentes àqueles que experienciaram contextos, mas que não foram

inseridas nos registros institucionais. A rememoração coloca narrativas silenciadas em discussão, avivando-as, permitindo que a nova geração acadêmica do curso de Pedagogia conheça uma história que também faz parte de sua trajetória.

Para desvelar essas memórias, foram realizadas entrevistas com três docentes colaboradores que vivenciaram o processo de reestruturação curricular, no período de 1984 a 1996, mediante roteiro semiestruturado, registradas em suporte digital, transcritas e analisadas em diálogo com documentos institucionais e legais, como a Resolução nº 26/74; a Proposta de Reformulação Curricular do Curso/CE/UFPB e a Resolução nº 13/96, CONSEPE/UFPB.

O recorte temporal, de 1984 a 1996, justifica-se por representar as intensas mobilizações da comunidade acadêmica da UFPB, alinhadas com os acontecimentos nacionais que resultaram na constituição de uma Comissão Interna de Reformulação do curso de Pedagogia, formada por docentes do Centro de Educação em 1984, e se estendendo os trabalhos até o ano de 1996. Nesse ano, a reestruturação curricular foi efetivada por meio da Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 13/96.

O texto está organizado em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira discute sobre os marcos histórico - legais do curso de Pedagogia no país; a segunda aborda sobre a história e memórias do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e a última está direcionada para a reestruturação curricular do curso na Instituição, entre 1984 e 1996.

Marcos histórico - legais do curso de Pedagogia no Brasil e suas implicações na formação do pedagogo

O delineamento do curso de Pedagogia no Brasil passou por diferentes momentos que resultaram em várias alterações em sua estrutura curricular que impactaram em sua organização e na identidade dos profissionais da área da educação. Sua origem remonta ao Decreto nº 1.190/39, quando foi instituído na Faculdade Nacional de Filosofia, com quatro seções essenciais: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e uma seção dedicada à Didática (Saviani, 2007).

Nesse aspecto, o formato do curso adotava o esquema conhecido como "3+1", que consistia na formação do bacharel em três anos e, ao cursar mais um ano de Didática, obtinha-se a licenciatura para lecionar em cursos Normais. Essa organização do currículo promoveu uma divisão entre o chamado "técnico em educação" e a licenciatura, que formava o professor para áreas específicas dentro do sistema educacional, especialmente para lecionar em cursos de formação de professores (Ensino Normal) e, em alguns casos, para disciplinas no Ensino Secundário.

Como destacado por Saviani (2007), ao estabelecer um currículo fechado para o curso de Pedagogia, em consonância com os cursos das áreas de Filosofia, Ciências e Letras e sem conectá-los aos processos de pesquisa sobre os temas e questões da educação, a configuração do Decreto nº 1.190/39, ao invés de contribuir para o

desenvolvimento do campo acadêmico da pedagogia, o limitou, dificultando a consolidação de uma base crítica e investigativa na formação dos pedagogos.

Observa-se que a consolidação da estrutura curricular promovida pelo referido decreto gerou um distanciamento dos processos investigativos voltados para os problemas concretos da educação. Essa padronização curricular, em vez de impulsionar o desenvolvimento do campo acadêmico da Pedagogia, acabou por confiná-lo a uma estrutura rígida. Partindo da premissa de que o perfil profissional do pedagogo já estava definido, optou-se por uma formação centrada na figura do técnico em educação, cuja licenciatura seria obtida por intermédio de disciplinas como Didática Geral e Especial, limitando a atuação do pedagogo a funções essencialmente instrucionais, em detrimento da reflexão crítica e da produção de conhecimento no campo educacional.

Durante os anos seguintes, desde sua criação em 1939, o curso passou por uma segunda reformulação, a partir do Parecer nº 251/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), que atendeu à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/61.

Tendo como relator o conselheiro Valnir Chagas, esse documento estabeleceu o currículo mínimo para Pedagogia e regulamentou as matérias pedagógicas para a licenciatura, mantendo as proposições do bacharel e do licenciado, buscando modificar a estrutura do sistema de três anos do bacharelado e mais um ano de Didática para obtenção do diploma de licenciado em Pedagogia. Quanto à duração do curso, ficou definido, como na anterior, o período de quatro anos, introduzindo-se a possibilidade de o estudante cursar concomitantemente as disciplinas do bacharelado e da licenciatura, retirando-se a obrigatoriedade de seguir o esquema '3+1', ou seja, de esperar o quarto ano (Brandt; Hobold, 2019, p. 14).

Esse parecer teve como papel central estabelecer um currículo mínimo para o curso de Pedagogia e organizar as disciplinas pedagógicas da licenciatura, mantendo a distinção entre bacharelado e licenciatura, mas propondo mudanças importantes na estrutura do curso. A principal mudança foi a flexibilização dessa estrutura: o curso continuaria com duração de quatro anos, porém os estudantes passaram a poder cursar, simultaneamente, as disciplinas do bacharelado e da licenciatura, o que representou uma tentativa de integrar melhor a formação pedagógica ao longo de todo o curso.

Posteriormente, o Parecer CFE nº 252/69 foi implementado no contexto da Lei da Reforma Universitária de 1968. Essa legislação era a expressão “[...] da teoria do capital humano e da concepção tecnicista de educação, analisada à luz da crítica da organização do trabalho capitalista” (Libâneo, 2010, p. 130). Esses regulamentos surgiram como consequência das diversas ações adotadas pelo governo do Brasil, que estava sob controle militar, durante a ditadura nos períodos de 1964 a 1985 (Germano, 2011).

Nessa perspectiva, Brzezinski (2000) destaca que o Parecer nº 252/69 alterou a organização do curso, dividindo-o em duas partes distintas: uma comum, que servia como base do curso; e outra diversificada, que oferecia diferentes habilitações, como Magistério das disciplinas pedagógicas na Escola Normal, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. Dessa forma, é fortalecido o trabalho do pedagogo especialista, fomentando o fortalecimento do tecnicismo.

A alteração do curso de Pedagogia em 1969, com a divisão em parte comum e habilitações, ajustou-se principalmente às necessidades de um sistema educacional em expansão sob a influência do tecnicismo. Buscava-se formar profissionais especializados para diferentes funções, visando a eficiência e a organização do trabalho pedagógico. No entanto, essa abordagem também trouxe consigo limitações e críticas em relação à visão mais ampla da educação e ao desenvolvimento de uma postura mais reflexiva e crítica por parte dos pedagogos.

Nesse sentido, compreender a trajetória curricular do curso de Pedagogia da UFPB exige o entendimento de que o currículo, conforme apontado por Libâneo (2010), é um espaço de produção cultural e de força política, e não apenas um instrumento técnico. As resoluções e diretrizes analisadas, como as Resoluções CONSEPE nº 26/74 e nº 13/96, representam a materialização de disputas e interesses específicos para o perfil do pedagogo. Saviani (2007) reforça essa visão, ao indicar que a própria identidade do curso no Brasil é marcada por discussões contínuas desde sua origem.

O processo de transição democrática que ocorreu na década de 1980 conferiu novos contornos às discussões curriculares. O enfraquecimento do controle imposto pelos militares estimulou a pesquisa e publicação de trabalhos na área da educação, confrontando as práticas ditatoriais e ideológicas do regime vigente. Acerca desse aspecto, Libâneo (2010, p. 132) destaca que “pretendia-se implantar uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica, afinada com as transformações sociais necessárias [...]”.

No contexto da transição democrática e do avanço da pesquisa educacional crítica, consolidou-se um movimento de renovação pedagógica voltado a enfrentar as heranças autoritárias. A busca por uma formação docente mais sólida e engajada refletia o esforço de alinhar a prática educativa às transformações sociais emergentes. Assim, a pedagogia crítica afirmava-se como espaço de resistência e construção democrática, mesmo diante de um marco legal ainda caracterizado pelo período anterior.

Cruz (2008) ressalta que as ações de produção de conhecimento, iniciadas pelos educadores em 1980, resultaram em mobilizações em âmbito nacional, visando reformular o curso de Pedagogia e promover uma nova perspectiva para formação de professores. Apesar das inúmeras discussões e questionamentos sobre a formação de professores, a década de 1980 chega ao seu final sem que se tenha elaborado uma proposta concreta.

Havia várias pautas, que nas palavras de Cruz (2008, p. 55), contemplavam uma “[...] pedagogia centrada na docência (licenciatura-professor); pedagogia centrada na ciência da educação (bacharelado-pedagogo); e pedagogia centrada nas duas dimensões, formando integralmente o professor e o pedagogo”. Com isso, percebe-se que, embora o ensino fosse elemento central nas discussões sobre o curso de Pedagogia, não havia consenso entre os membros das comissões. As diferentes propostas curriculares expressavam concepções distintas sobre o propósito do curso e, portanto, sobre o perfil desejado: um docente voltado à prática, um pedagogo de forte base teórica ou um profissional que articulasse ambas dimensões.

Diante das discordâncias existentes entre os membros, as discussões sobre a estrutura e o funcionamento do curso continuaram sem interrupção. Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, a incerteza quanto ao propósito do curso de Pedagogia e ao perfil profissional do pedagogo persistiu, resultando na mobilização de grupos organizados por atuantes sociais persistentes, representados por associações e entidades compostas por estudiosos e educadores da área, os quais promoveram debates em torno das transformações necessárias (Oliveira, 2007).

Esse processo se estendeu por uma década, até que o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu, mediante Resolução CNE/CP/ nº 1 de 15 de maio de 2006, as “Diretrizes Curriculares para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura”. Na visão de Brzezinski (2000), essas normas destacam-se pela combinação de princípios, fundamentos e procedimentos a serem seguidos na estrutura e organização curricular do curso de Pedagogia. Elas refletem a finalidade, os objetivos, o perfil do pedagogo licenciado, a organização do currículo e a duração dos estudos.

Em análise da Resolução CNE/CP nº 1/2006, percebe-se a preocupação com a formação de um profissional da educação com uma base de conhecimentos ampla e interdisciplinar, capaz de integrar diferentes áreas do saber na sua prática pedagógica.

O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (Brasil, 2006, p.1).

Seguindo o que estabelece a Resolução, o curso de Pedagogia visa formar profissionais da educação que não sejam apenas tecnicamente competentes, mas que possuam uma sólida base teórica, uma visão interdisciplinar e a capacidade de reflexão crítica para atuar de forma consciente e transformadora no campo da educação. Essa concepção configura o curso como um *lócus* abrangente e complexo para a formação do pedagogo, transcendendo a mera capacitação para atividades de ensino e englobando também o desenvolvimento de competências para a gestão e a produção de conhecimento em múltiplos contextos, tanto no âmbito escolar quanto não escolar.

Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (Brasil, 2006, p.1).

A docência constitui o núcleo central da formação, mas as Diretrizes propõem uma perspectiva holística que supera a antiga dicotomia entre professor e especialista. Essa abordagem amplia as possibilidades de atuação do pedagogo nas múltiplas práticas

educativas da sociedade contemporânea, visto que, “[...] em todas elas, desde que se configurem como intencionais, está presente a ação pedagógica” (Libâneo, 2010, p. 58).

O pedagogo desempenha múltiplos papéis, como professor, investigador e gestor, atuando em diversos ambientes. Embora outras esferas de atuação existam, a escola permanece como espaço central. Assim, o curso de Pedagogia vai além da simples preparação de professores ou especialistas; sua nova estrutura abarca ambas as áreas, numa formação integrada (Brasil, 2006).

As orientações sugerem ampliar as possibilidades de atuação dos profissionais de Pedagogia, entretanto, a docência configura-se como elemento central da formação (Saviani, 2007). As mudanças evidenciam lacunas teóricas e epistemológicas que levam as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) a reduzirem a Pedagogia a uma de suas práticas: a docência.

A lacuna na base teórica e epistemológica não implica ausência de teoria, mas uma diluição da especificidade da Pedagogia como campo de conhecimento. Essa fragilidade se manifesta na tensão entre a centralidade da docência na identidade pedagógica e a demanda por um profissional com um repertório mais amplo para atuar em múltiplos contextos

Embora priorizem a formação para diversas práticas educativas, as Diretrizes podem incorrer no risco de diluir a especificidade da Pedagogia, reduzindo-a, implicitamente, a uma de suas manifestações: a docência. A busca por um pedagogo multifacetado tende a ocorrer em detrimento do aprofundamento no núcleo teórico e epistemológico que sustenta suas diferentes atuações profissionais

Logo, ao retomar o questionamento norteador deste trabalho, constata-se que a conceitualização da Pedagogia sempre gerou divergências entre estudiosos, dadas as diferentes abordagens epistemológicas e a descontinuidade entre mudanças e permanências, o que impactou a formação do pedagogo e a constituição do campo. Como aponta Libâneo (2010, p. 131), “[...] o curso de Pedagogia fica apenas no nome, uma vez que desaparece qualquer núcleo científico em torno de um campo de conhecimento próprio”.

A fragilização da identidade profissional e a superficialidade do conhecimento pedagógico decorrem das alterações curriculares. Quando a Pedagogia não ocupa lugar central no currículo, sua formação dilui-se em conteúdos de outras áreas, sem articulação teórica. Assim, o pedagogo pode carecer de um referencial teórico consistente e de uma compreensão aprofundada de seu trabalho educativo, seja na docência, na gestão ou em outras funções.

A ausência desse “núcleo científico” compromete a significação da Pedagogia como disciplina essencial na formação e limita a capacidade do profissional de analisar criticamente as práticas, inovar e construir uma identidade profissional sólida e reconhecida. Portanto, a importância epistemológica da Pedagogia nos documentos normativos precisa se traduzir em um currículo que efetivamente a coloque como eixo formativo, evitando que o curso se reduza a uma formação genérica e desprovida de um saber pedagógico próprio.

A questão da institucionalização da Pedagogia e sua limitação ao enfoque técnico-

instrumental da prática educativa tiveram um impacto significativo na consolidação de sua credibilidade como ciência. Severo e Pimenta (2015) apontam que

[...] a Pedagogia tende a um sentido de totalidade científica que abrange, no aspecto epistemológico, um caráter uno e múltiplo, teórico e prático, definido por seu relacionamento transdisciplinar com os conhecimentos providos por ciências auxiliares, embora mantenha-se como a única ciência capaz de articulá-los tendo em vista a sua vinculação com a práxis educativa (Severo; Pimenta, 2015, p. 488).

A atualidade demanda um modelo de conhecimento que integre a reflexão, a intercomunicação e a intersubjetividade como base epistemológica da Pedagogia. Para Brezinka (2002), sua abordagem supera uma ciência normativa ao propor teorias a partir da prática, identificando uma questão essencialmente educacional que fundamenta a Pedagogia como ciência da prática.

Franco (2008) destaca a necessidade de reconhecer a identidade do pedagogo como pesquisador e agente de mudança nas práticas educativas. Isso requer uma reflexão que supere a predominância, nas últimas três décadas, da concepção de que o curso de Pedagogia tem como foco principal apenas a docência.

A contextualização tecida permite compreender o curso de Pedagogia da UFPB, mostrando que as regulamentações citadas levaram a ajustes curriculares para adequar a formação do pedagogo ao contexto histórico. Esse processo gerou debates entre os docentes envolvidos na reestruturação curricular durante o período de 1984 a 1996. No tópico seguinte, apresenta-se as primeiras análises sobre a história e memórias do curso, desde sua criação em 1949, trazendo reflexões sobre os seus primeiros desafios e as conexões com o contexto social e político que moldaram este curso pioneiro na Universidade.

História e memórias do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (1949)

Se a memória é não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação, porque são o mapa efetivo e intelectual da sua experiência e da experiência de seu grupo (Bosi, 1994, p.283).

Bosi (1994) afirma que a memória é um produto social e coletivo, influenciado pelo meio. Já Le Goff (2013) acrescenta que ela é dinâmica e continuamente atualizada pelas interpretações do presente. Com base nessa compreensão, a análise da reestruturação curricular do curso de Pedagogia da UFPB (1984-1996) apoiou-se nas lembranças dos docentes, articulando História Oral e análise documental. As memórias revelaram elementos recorrentes e informações inéditas ampliando a compreensão desse processo histórico.

Halbwachs (2006), ao tratar da *memória individual e memória coletiva*, afirma que a memória individual é mantida por meio de uma memória coletiva, já que todas as lembranças são geradas dentro de um grupo. As memórias são alimentadas pelas diversas recordações trazidas por seus integrantes em conjunto. Conforme os docentes que foram

convidados a recordar sobre a reconfiguração do curso de Pedagogia da UFPB, eles produziram seus relatos, construindo e entrelaçando com a própria história de vida. Assim, a rememoração do passado é formada por elementos que compõem a memória individual e, ao reunir esses componentes e conectá-los com outros, eles contribuem para a formação da memória coletiva, atribuindo um significado estabelecido através das interações entre esses professores e o ambiente.

Conforme Limeira e Formiga (2006), a partir da segunda metade da década de 1970, a UFPB passou por um rápido crescimento, com a diversificação de cursos e a organização em Centros. Um dos destaques foi o Centro de Educação, criado em 1978 para abrigar o curso de Pedagogia, o mais antigo da instituição, fundado em 1949 na Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI). É o que nos revelam as memórias de Ramos (2019, p. 4):

O curso fazia parte da Faculdade de Filosofia da Paraíba e estudávamos nas instalações do Liceu Paraibano. Tinha uma duração de quatro anos com sistema seriado anual. Minha turma era formada por trinta e dois alunos, apenas quatro eram homens. O corpo docente era formado por professores daqui de João Pessoa. Apenas um, que lecionava Psicologia da Educação era de Recife, então ele ministrava a aula e voltava no mesmo dia.

Por intermédio dessas memórias, compreende-se o funcionamento da FAFI, que operava dentro do Lyceu Paraibano, naquela época, Colégio Estadual Central. Seu corpo docente era composto por professores selecionados dos seminários católicos e da Faculdade de Direito do Recife, exercendo grande impacto na formação humanística dos alunos, que eram membros da elite paraibana. Acerca da FAFI, Costa (2009, p. 47) menciona que “a Faculdade de Filosofia é considerada um grande marco na construção do ensino superior da sociedade paraibana [...]”; sendo, em 1947, estabelecida sua fundação e, dois anos após, o surgimento o curso de Pedagogia, que precede a própria UFPB, destacando-se como a Graduação mais antiga.

A implantação do Ensino Superior na Paraíba, a partir das Faculdades e Escolas Isoladas, enfrentou resistência e desconfiança no próprio Estado, devido à precariedade das instalações e à escassez de recursos financeiros. Mesmo com a criação da Universidade da Paraíba em 02 de dezembro de 1955, pelo governador José Américo de Almeida, a situação não mudou. De acordo com a Lei Estadual nº 1.366, a Universidade era formada por instituições criadas ao longo da década de 1940, sendo classificadas como incorporadas - públicas, e agregadas - particulares (Limeira; Formiga, 2006).

Apesar dessa situação, o custo de manter uma Universidade era alto para o Estado, sendo a federalização a alternativa para garantir sua permanência. Limeira e Formiga (2006) retratam que os governos estaduais criavam como podiam uma Universidade em seus domínios: após instalada, a Universidade é premida pelos gastos que a iniciativa implicava e o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando, para tanto, com o concurso dos agentes político-partidários.

A dinâmica observada na história da educação superior brasileira revela uma abordagem pragmática por parte dos governos estaduais. Frequentemente, a criação de universidades em seus territórios era uma iniciativa empreendida por diversos motivos, tais

como o desenvolvimento regional, a formação de profissionais qualificados e a projeção política. No entanto, diante dos consideráveis custos de manutenção, a federalização emergia como uma alternativa estratégica para assegurar a permanência dessas instituições.

A federalização da Universidade da Paraíba, a exemplo de outras instituições de ensino superior estaduais no Brasil, contou com o apoio de agentes político-partidários, indicando uma articulação política para a transferência da responsabilidade financeira para a União. Essa dinâmica revelava tanto a iniciativa dos Estados na expansão do ensino superior quanto os desafios financeiros que enfrentavam, culminando na federalização como um mecanismo de sustentabilidade, permeado por negociações políticas.

Em consonância com essa tendência nacional, a Universidade da Paraíba foi federalizada em 13 de dezembro de 1960, por meio da Lei nº 3.835, passando a denominar-se Universidade Federal da Paraíba. Esse movimento de federalização seguiu um modelo específico impulsionado pela política nacional desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek. Conforme elucidam Rotta e Reis (2018), o "Programa de Metas" do governo federal visava acelerar o crescimento econômico, estabelecendo 30 metas, entre as quais a educação se destacava como fundamental para a expansão do ensino e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país.

O processo de federalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) inicialmente não trouxe a solução esperada para os problemas financeiros e de pessoal, como demonstram as infrutíferas viagens a Brasília realizadas por Mário Moacyr Porto durante seu reitorado (1960-1964) em busca de recursos para infraestrutura. Uma mudança significativa nesse cenário ocorreu com o Golpe Militar de 1964. Apesar do contexto autoritário, o regime impulsionou o crescimento da UFPB a partir da promulgação da Lei nº 5.540 da Reforma Universitária de 1968.

Tal direcionamento, promovido em pleno regime militar, não se limitou à reorganização estrutural do ensino superior, mas integrou um projeto político e econômico mais amplo. Ao priorizar a racionalidade técnica, a teoria do capital humano e as exigências do mercado, a educação superior foi moldada para atender a interesses voltados à produtividade e ao crescimento econômico, em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Assim, a expansão universitária ocorrida nesse período revela-se ambígua: ao mesmo tempo em que ampliava o acesso, reforçava mecanismos de controle ideológico e disciplinamento social, característicos de um cenário autoritário.

Esse controle se manifestava não apenas nas orientações gerais da política educacional, mas também nas práticas administrativas dentro das instituições. Um exemplo marcante disso foi a substituição do reitor em exercício da UFPB, Mário Moacyr Porto, pelo médico Guilhardo Martins Alves, evidenciando o caráter autoritário da época. Bezerra (2007) aponta que a liderança de Alves como um hábil planejador da Reforma Universitária ficou evidente na implementação das novas propostas, especialmente com a criação da Sub-Reitoria para Assuntos Didáticos, voltada exclusivamente para acelerar a execução da Reforma. Tal iniciativa demonstra a postura proativa e engajada da instituição em internalizar as políticas educacionais do regime militar, revelando a capacidade de Alves

em operacionalizar, de forma eficiente, os objetivos da Reforma no âmbito da UFPB.

Nessa mesma perspectiva de reestruturação e controle, a Reforma Universitária de 1968 promoveu alterações significativas na organização interna das instituições de ensino superior. Um estudo desenvolvido por Costa (2009, p. 42) menciona que há uma desarticulação da FAFI, originando o “Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (IFHC) e o Instituto Central de Letras (ICL) [...] Posteriormente, foram reunidos com a criação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), em 1º de abril de 1974”. Corroborando com essa afirmativa, Lima e Melo (2009) retratam que o curso de Pedagogia passou a integrar a Faculdade de Educação, pela Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 14/68, havendo a criação de dois Departamentos:

[...] o de Pedagogia, abrangendo as disciplinas: História da Educação, Filosofia da Educação, Educação Comparada, Introdução à Educação e Biologia; e o de Licenciatura, as disciplinas de Administração Escolar, Didática Geral, Prática de Ensino de História, Prática de Ensino de Filosofia, Prática de Ensino de Inglês, Prática de Português e Latim, Prática de Geografia e Prática de Ensino de Pedagogia (Lima; Melo, 2009, p. 18).

Tais reconfigurações demonstram que as mudanças promovidas pela Reforma extrapolaram o plano administrativo e alcançaram também a estrutura acadêmica e curricular das universidades, tornando mais evidente o alinhamento das instituições aos interesses do regime. Essa realidade corrobora a análise de Ribeiro, Bueno e Silva (2022, p. 271), para quem “a Reforma Universitária de 1968 tinha um duplo foco de atuação, ser um instrumento a serviço das políticas de desenvolvimento empreendidas pela Ditadura civil-militar e também desmobilizar a organização universitária autônoma”.

Dessa forma, compreende-se que as mudanças estruturais e a expansão observadas durante a Reforma Universitária, embora pudessem superficialmente sugerir um objetivo de qualidade, estavam intrinsecamente ligadas ao projeto de controle político e ideológico do regime militar, visando moldar a universidade aos seus interesses e reprimir a autonomia acadêmica.

Bezerra (2007) observa que, após finalizar seu mandato, Guilhardo Martins deixou a Reforma implementada em grande parte. O próximo reitor complementou em 1973, com a aprovação da Reforma Cêntrica, que redesenhou a estrutura acadêmica da UFPB, introduzindo novos Centros: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro Tecnológico (CT).

Nesse cenário, o curso de Pedagogia passa a fazer parte do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em consequência ao fechamento da Faculdade de Educação. Com essa alteração, as matérias do curso foram agrupadas em dois Departamentos, de acordo com a área de conhecimento: Fundamentação Pedagógica e Metodologia Pedagógica (Lima; Melo, 2009).

Até 1978, a ligação com esse Centro foi mantida, até que, no período de 1976 a 1980, sob a gestão de Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, foi estabelecida a criação do Centro de Educação, aprovada pelo Parecer nº 6.710/68 do CFE. Nas lembranças do

professor Cavalcanti (2019, p. 1)⁴, que naquele momento era responsável pela coordenação do curso de Pedagogia, é possível compreender a relevância desse evento inaugural: o Centro seria “a “locomotiva” do ensino da Universidade sob os aspectos estruturais e pedagógicos. Isso reflete a finalidade do Centro de ser um Órgão, uma entidade pensadora da Educação na Universidade”.

As recordações ressaltam a relevância do Centro para o desenvolvimento da Educação na UFPB. É com esse propósito que o Centro de Educação/Campus I da UFPB se destaca como órgão setorial, com atribuições deliberativas e executivas, em um nível intermediário de gestão, voltado para as atividades didático-científicas no ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação. Inicialmente, passa a abrigar o curso de Graduação em Pedagogia, o Mestrado em Educação, com foco em Educação de Adultos, e cursos de especialização na área educacional.

Discorrer sobre a origem do curso de Pedagogia no Ensino Superior da Paraíba, ressaltando o contexto histórico da época, assim como a fundação da UFPB e do Centro de Educação, realça a importância histórica da Graduação mais antiga da UFPB e auxilia na compreensão de suas raízes, contribuindo para destacar os processos que resultaram na estruturação do Ensino Superior na Paraíba, marcado por particularidades.

Nessa perspectiva, compreende-se a relevância dos estudos sobre a memória histórica, que possibilitam uma aproximação crítica com o passado, trazendo à tona lembranças, fatos esquecidos ou negligenciados. A memória tem como desígnio conservar e apreender o tempo, permitindo ao sujeito reconstituir fatos históricos a partir de suas próprias ressignificações, construídas de forma interativa e condicionadas pelo meio no qual está inserido.

Nesse sentido, Bosi (1994) ressalta que a memória não deve ser entendida como algo passivo, mas como uma forma ativa de organização da experiência, e por isso é fundamental considerar os percursos singulares que cada indivíduo traça ao evocar suas lembranças, pois esses caminhos revelam não apenas sua vivência pessoal, mas também a experiência coletiva de seu grupo social.

A próxima seção desenvolve uma análise sobre as transformações curriculares ocorridas no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba entre os anos de 1984 e 1996, período marcado por intensos debates educacionais em âmbito nacional e por reconfigurações nas políticas de formação docente. A investigação percorre os caminhos da reestruturação curricular vivenciada pelo curso, atentando para suas particularidades frente às diretrizes mais amplas que orientavam a formação de professores no país. Busca-se, assim, compreender como as escolhas pedagógicas e institucionais refletiram os desafios daquele momento histórico, revelando uma experiência singular inserida em um movimento mais amplo de renovação do pensamento educacional brasileiro.

⁴ Professor Damião Ramos Cavalcanti foi o Diretor do Centro de Educação da UFPB no contexto em análise e principal emissor de informações sobre o tema, com base em entrevista concedida ao autor em 2019.

A particularidade na universalidade: reestruturação curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (1984-1996)

A configuração dos currículos do curso de Pedagogia no Brasil, ao longo da história, foi influenciada por transformações na política, resultando em alterações nos programas educacionais de acordo com as leis do setor. A Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 26/74 da UFPB é responsável por estabelecer as diretrizes do currículo, em conformidade com as demandas apresentadas no Parecer nº 252/69, motivando a comunidade acadêmica do Centro de Educação a promover um processo de reorganização do currículo, que culminou em uma nova grade curricular estabelecida a partir da Resolução nº 13/96, ambas normativas do CONSEPE.

A seguir, apresenta-se a organização curricular do curso de Pedagogia de acordo com a Resolução nº 26/74.

Quadro 1: Organização Curricular do curso de Pedagogia da UFPB - 1974.

Estrutura das disciplinas	
Parte Comum	Incluía conhecimentos essenciais que todos os alunos de Pedagogia deveriam adquirir.
Parte Diversificada (Habilitações)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Habilitação I - Administração Escolar 2. Habilitação II - Ensino Normal 3. Habilitação III- Orientação Educacional 4. Habilitação IV- Supervisão Escolar 5. Habilitação V - Inspeção Escolar.

Fonte: os autores

A estrutura curricular do curso de Pedagogia passou a ser organizada em duas bases: a comum, com conteúdos considerados fundamentais para a formação de profissionais em diversas áreas de atuação, e a diversificada, que abrangia disciplinas específicas de cada habilitação. A base comum era composta por disciplinas como Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. Já a parte diversificada refletia a proposta de formação especializada do pedagogo, sendo organizada em cinco habilitações distintas: Administração Escolar (Habilitação I), Ensino Normal (Habilitação II), Orientação Educacional (Habilitação III), Supervisão Escolar (Habilitação IV) e Inspeção Escolar (Habilitação V).

Essa divisão possibilitava a preparação de profissionais para diferentes funções no campo educacional, em consonância com as exigências do sistema educacional vigente. Segundo Libâneo (2010), tal estrutura curricular foi influenciada pelo ambiente político da época, marcado pelo regime militar, que visava formar pedagogos especializados, em consonância com o modelo educacional tecnicista então predominante.

Tal mudança reflete a promulgação da Reforma Universitária nº 5.540/68 e, acerca disso, Silva (2006, p. 26) enfatiza que, “[...] ao formular a estrutura curricular do curso, [a Lei nº 5.540/1968] cria habilitações para a formação de profissionais específicos para cada conjunto dessas atividades, fragmentando a formação do pedagogo”. Conforme revelam as

memórias de Escarião (2019, p. 3)⁵, “o curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, assim como as demais Universidades brasileiras, formava o técnico em educação. Então era uma licenciatura, mas que se aproximava a um bacharelado pelo seu caráter técnico, devido às habilitações”.

Por meio dos fios das lembranças, entende-se o aspecto político-educacional que esteve presente nessa fase, assim como as consequências para a formação do pedagogo em um determinado tempo histórico, permitindo, não apenas registrá-lo, mas também analisá-lo.

A partir dessa perspectiva, as marcas desse período podem ser percebidas nas escolhas curriculares e nos modelos de formação adotados no período. A ênfase na formação técnica evidencia uma concepção de profissional da educação voltada para funções operacionais e administrativas no sistema educacional, em detrimento de uma formação mais crítica e integradora. A fragmentação da formação, promovida pelas habilitações, resultava em uma visão compartimentalizada das práticas pedagógicas, reforçando a lógica de especialização funcional imposta pelo modelo tecnicista.

Assim, o pedagogo era preparado para executar tarefas específicas — como administração, supervisão ou orientação — sem necessariamente desenvolver uma compreensão ampla e crítica do processo educativo como um fenômeno social e político. Essa configuração revela uma adaptação das universidades às diretrizes da Reforma Universitária de 1968, alinhando-se às demandas do regime militar por profissionais eficientes e tecnicamente capacitados, mas com reduzido potencial de questionamento das estruturas educacionais vigentes.

A organização que dividia o currículo foi um fator que levou a ações para repensar o curso de Pedagogia, resultando em mobilizações, em nível nacional, lideradas por educadores. Essas iniciativas ganharam força na década de 1980, com a criação do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador em 1983. Silva (2006) salienta que a análise do currículo era decorrente da inviabilidade de preparar o educador com fragmentos de conteúdos desconexos, especialmente quando esses fragmentos refletem abordagens divergentes na área educacional: uma abordagem ampla e outra focada na técnica.

Diante disso, em consonância com as diretrizes da Comissão Estadual do Curso de Formação do Educador, os docentes do Centro de Educação da UFPB estabeleceram uma Comissão Interna de Reestruturação do curso de Pedagogia que, no intervalo de 18 de maio a 12 de julho de 1984, liderou as análises e debates sobre a reformulação do curso (UFPB, 1992). Escarião (2019, p. 3) revela que “o Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba sempre foi muito aguerrido nas discussões que ocorriam nos Congressos Nacionais e na Comissão Estadual [...]”.

⁵ A professora Glória das Neves Dutra Escarião foi aluna do curso de Pedagogia no contexto em análise e, atualmente, é professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba. Atuou por 23 anos no ensino de disciplinas como Estágio, Política e Gestão, Educação e Trabalho, Currículo e Trabalho Pedagógico, entre outras, nos cursos de Pedagogia, nas Licenciaturas e no curso a distância de Letras. Na área administrativa da UFPB, exerceu por duas vezes o cargo de Coordenadora de Currículos e Programas da Pró-Reitoria de Graduação, nos períodos de 2000 a 2004 e de outubro de 2013 a 30 de abril de 2019.

Durante esse processo de engajamento, a Comissão Interna continuou suas atividades recorrendo a discussões, divulgação e interações em sala de aula acerca da proposta de reformulação. Além disso, foram realizados questionários com alunos e professores para identificar as prioridades das áreas de concentração a serem estabelecidas. Após essa etapa, foi elaborado um Projeto de Reformulação do Curso de Pedagogia, com o objetivo de reestruturar a graduação, possibilitando que, tanto os professores, quanto os alunos desenvolvessem uma postura reflexiva e crítica diante da realidade social (UFPB, 1992).

O projeto foi dividido em três fases: revisão das habilitações existentes, implementação de um projeto-piloto de integração interdisciplinar e estabelecimento de áreas de concentração/habilitações. No que diz respeito à etapa inicial, procurou-se redefinir ou eliminar as áreas de Administração, Supervisão e Orientação Escolar, devido aos problemas identificados nos questionários, o que representou um desafio significativo em relação aos objetivos propostos (UFPB, 1992).

Com relação ao contexto histórico, nesse período, o país passava pela reestruturação do cenário político, durante o processo de redemocratização, após o fim do regime militar, uma vez que as forças políticas que o apoiaram anteriormente entraram em conflito. Além disso, ocorreram manifestações em várias regiões do país (Germano, 2011). Assim, as iniciativas da Comissão Interna encontraram um ambiente favorável após duas décadas de regime militar, contribuindo para fortalecer os princípios de democracia e cidadania, de forma crítica.

A etapa final do projeto, que tinha como objetivo criar áreas de concentração/habilitações, é justificada pela importância de considerar essas áreas, de acordo com as necessidades sociais. Isso implica em uma formação do educador que leve em conta a destinação social do curso de Pedagogia. Essa necessidade foi destacada, tanto nos princípios político-pedagógicos do projeto, quanto nas tendências predominantes do Movimento Nacional e Estadual de Formação do Educador (UFPB, 1992).

Com base nas respostas fornecidas nos questionários iniciais, os docentes e estudantes do curso de Pedagogia foram orientados para superar as principais deficiências do curso, mencionadas também nos debates e reuniões de estudo realizados, a saber:

[...] formação, apenas de técnicos (especialistas); descompromisso com a formação do professor; descaso em relação às séries iniciais [...]; ausência de vinculação entre teoria e prática; e alheamento do processo educativo e do processo de ensino-aprendizagem do contexto socioeconômico e político [...] (UFPB, 1992, p. 24).

Essa assertiva constitui um dos aspectos significativos na discussão sobre a reconfiguração do currículo do curso de Pedagogia, visto que, ao retomar o questionamento feito anteriormente acerca desse processo de reestruturação curricular, compreende-se que foram mobilizados esforços em prol da reconfiguração do curso de Pedagogia para adequá-lo à nova realidade do país e estimular a reflexão sobre questões recorrentes ao longo do tempo e a conexão entre teoria e prática, que não podiam mais ser separadas do âmbito social. Procurar essa integração implicava repensar o curso em sua dinâmica

interna, ligada ao compromisso político-pedagógico com a estrutura da sociedade brasileira, especialmente a paraibana.

A Proposta de Reformulação do curso de Pedagogia buscou resgatar o papel da docência, alinhando-se aos movimentos nacionais e estaduais da década de 1990, especialmente à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Dessa forma, a proposta adotou uma concepção dialética de educação, essencial para a formação crítica e a atuação política do pedagogo. Seguindo esses princípios, foram estabelecidos os objetivos para o curso de Pedagogia

- Contribuir para a formação da consciência crítica de futuros profissionais da educação enquanto sujeitos de um processo histórico e na perspectiva de seu comprometimento com a construção de uma nova sociedade justa, democrática e igualitária;
- Avançar na construção de uma teoria geral da educação a partir do aprofundamento de determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico, que propicie a elaboração do conhecimento nas diversas práticas sociais educativas que se dão através de processos formais e não formais; e
- Contribuir para a formação de profissionais da educação que tenham condições teórico-metodológicas de: assumir a docência [...]; assessorar e coordenar experiências pedagógicas[...] (UFPB, 1992, p. 55).

Os objetivos mencionados demonstram a superação das limitações impostas ao curso, que era marcado por habilidades inseridas em um modelo social antidemocrático de divisão, especialização e controle. Isso gerava uma separação entre especialista e professor, intelectual e executor, promovendo, a partir de agora, uma abordagem de formação democrática, integradora, crítica e reflexiva.

Como qualquer campo científico, a Pedagogia é confrontada por demandas que atravessam o universo das práticas educativas associadas ao desenrolar da história em seus múltiplos nexos. Nessa perspectiva, Franco (2008, p. 131) reflete: “[...] é preciso que se reivindique à Pedagogia um estatuto contemporâneo que possa absorver as especificidades do momento histórico atual”.

Partindo da reflexão de Franco (2008), torna-se evidente a necessidade de se repensar o estatuto da Pedagogia diante das transformações sociais, políticas e culturais atuais. Defender um “estatuto contemporâneo” implica reconhecer que a Pedagogia não pode permanecer atrelada a modelos formativos ultrapassados. O cenário atual, marcado por rápidas mudanças tecnológicas, pluralidade cultural e desafios sociais complexos demandam uma formação capaz de dialogar criticamente com essas dinâmicas e ressignificar a função social da Pedagogia em direção a uma educação mais democrática, inclusiva e emancipadora.

Considerações finais

Para entender o processo de reformulação curricular do curso de Pedagogia entre 1984 e 1996, contempla-se os fios das lembranças dos professores que vivenciaram esse período, com base na História Oral e a análise de documentos. A revelação e rememoração dessas lembranças permitiu identificar elementos em comum e fornecer informações

inéditas que foram confrontadas com os dados dos registros escritos que são analisados, não mais pela abordagem positivista em confirmar a autenticidade de um evento, mas sim em explorá-lo em sua essência.

De acordo com Le Goff (2013, p. 537), é necessário estabelecer conexões, formar um conjunto, pois o documento reflete "[...] o resultado de uma composição, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o gerou, mas também das épocas subsequentes em que continuou a existir, talvez esquecido, em que continuou a ser influenciado, mesmo que pelo silêncio".

A análise de documentos e registros históricos demanda uma leitura atenta às marcas do tempo e às interpretações que se acumulam sobre eles, revelando contextos, silenciamentos e ressignificações. No campo educacional, essa perspectiva amplia a compreensão das práticas e políticas formativas, indo além dos discursos explícitos. A rememoração realizada pelos docentes do Curso de Pedagogia da UFPB fez recordar eventos relacionados à reformulação curricular que, ao serem reinterpretados, possibilitaram uma compreensão do cenário histórico do curso e de seu papel na ruptura com as concepções impostas no período ditatorial que influenciaram a estrutura curricular e a formação do pedagogo.

Assim, a reestruturação curricular conduzida pela comunidade acadêmica marcou a transição de uma matriz fragmentada em habilitações, prevista na Resolução nº 23/74, vinculada a um modelo social antidemocrático de reprodução e controle. A atuação da comunidade acadêmica resultou na Proposta de Reformulação Curricular que fundamentou a nova estrutura do curso de Pedagogia da UFPB, instituída pela Resolução Nº 13/96, destacando a docência como eixo formativo. Em sintonia com movimentos educacionais nacionais e estaduais, a iniciativa buscou superar a concepção curricular existente, que limitava a formação do pedagogo em sua integralidade.

Desde 1939, o curso de Pedagogia passou por sucessivas alterações para responder às transformações sociais, produzindo normativas que orientaram sua organização e a formação do pedagogo. Na UFPB, a reestruturação curricular pouco avançou na discussão epistemológica da área, mantendo lacunas diante das novas demandas sociais, tecnológicas e profissionais. A configuração resultante reforçou um viés tecnicista, marcado por contradições e pela dificuldade de consolidar um estatuto científico próprio. Com isso, o curso segue em disputa e ressignificação, buscando afirmar uma formação crítica, integrada e socialmente comprometida.

Ao evidenciar aspectos históricos, políticos e epistemológicos da constituição do curso, este estudo busca contribuir como ponto de partida para investigações futuras sobre os desafios e possibilidades da formação docente em contextos de mudança. É uma contribuição situada em um campo em permanente construção e marcado por disputas sobre o papel da Pedagogia. No período analisado, a fragmentação curricular atendia a interesses que enfraqueciam a epistemologia do campo, limitando a formação do pedagogo a funções técnicas, em detrimento de uma compreensão crítica da educação. Essa perspectiva crítica corrobora para o entendimento de que o currículo não é neutro e exige diálogo contínuo com outras vozes sobre os rumos da formação docente no Brasil.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual da História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BEZERRA, Francisco Chaves. *O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. 2007. 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDT, Andressa Grazielle; HOBOLD, Márcia de Souza. Mudanças e continuidades dos marcos legais do curso de Pedagogia no Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 5, e019027, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652576>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BRASIL. *Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939*. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Brasília, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRASIL. *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.htm>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 251, de 1962*. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, Brasília, DF, n. 11, p. 59-65, 1963.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 252, de 1969*. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, Brasília, DF, n. 100, p. 101-179, 1969.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2006>. Acesso em: 10 maio 2019.

BREZINKA, Wolfgang. Sobre las esperanzas del educador y la imperfección de la pedagogía. *Revista Española de Pedagogía*, Madrid, año 60, n. 223, p. 399-410, set./dic. 2002. Disponível em: <https://revistadepedagogia.org/lx/no-223/sobre-las-esperanzas-del-educador-y-la-educador-y-la-imperfeccion-de-la-pedagogia/101400009840/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento*. Campinas-SP: Editora Papirus, 2000.

CAVALCANTI, Damião Ramos. *Damião Ramos Cavalcanti: depoimento [dezembro. 2019]*. Entrevistadora: Rossana Farias Queiroz Ferrer. João Pessoa: 2019. Suporte digital.

COSTA, Rozinete Martins. *A memória da faculdade de filosofia da Paraíba: questões tipológicas e históricas*. João Pessoa, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books/download/A_Mem%C3%B3ria_Da_Faculdade_de_Filosofia_Da.pdf?id=7jrmlrUjjgoC&hl=pt-BR&output=pdf&sig=ACfU3U0HUaF-q6Ele7Obr7DLjfmTk8j9hQ. Acesso em: 27 maio 2019.

CRUZ, Giseli Barreto da. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de pedagogos primordiais*. 2008. 302 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. *Glória das Neves Dutra Escarião: depoimento [novembro. 2019]*. Entrevistadora: Rossana Farias Queiroz Ferrer. João Pessoa: 2019. Suporte digital.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Pedagogia como ciência da educação*. São Paulo: Cortez, 2008.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 7.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Emanuela Karla Silva de; MELO, Silvana Bezerra de. *O curso de Pedagogia no Campus I da UFPB: história, identidade e perspectivas de atuação dos egressos*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – UFPB, Paraíba, 2009.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluíza da Silva. Fundamentos históricos da UFPB: das origens à estadualização. In: GUERRA, Lúcia de Fátima; FERREIRA, Davi Fernandes (org.). *UFPB 50 Anos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

OLIVEIRA, Selma Ferreira de. *Formação de professores para os anos iniciais de escolarização nos cursos de pedagogia e normal superior*. 2007. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Isolda Ayres Viana. *Isolda Ayres Viana Ramos: depoimento* [dezembro. 2019]. Entrevistadora: Rossana Farias Queiroz Ferrer. João Pessoa, 2019. Suporte digital.

RIBEIRO, Alcides Mariano; BUENO, José Lucas Pedreira; SILVA, Francisco Thiago. As políticas educacionais na Reforma Universitária de 1968: pedagogia tecnicista e ensino superior no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 29, n. 4, p. 257-284, out./dez. 2022. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 3 abr. 2025.

ROTTA, Edimar; REIS, Carlos Nelson dos. As práticas do desenvolvimento brasileiro: plano de metas e programa de avaliação do crescimento. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 151-166, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/31223>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na Universidade. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-1574100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2024.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; PIMENTA, Selma Garrido. A Pedagogia entre o passado e a contemporaneidade: apontamentos para uma ressignificação epistemológica. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 477-492, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/35869>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, C. S. B. da. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores associados, 2006.

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comissão de Sistematização das Propostas de Reformulação do Curso de Pedagogia. *Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia*. João Pessoa: UFPB, 1992.

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 13/1996*. Reestrutura o Currículo do Curso de Graduação em Pedagogia, do Centro de Educação, do Campus I, com base na Resolução nº 2/69, do CFE, e dá outras providências. João Pessoa, 1996.

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 26/1974*. Estabelece a estrutura curricular do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e dá outras providências. João Pessoa, 1974.